



Nova Marlim

**ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
COM GARANTIA REAL, DA NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A.**

02
Aut. Pública
de
2001
Ch

PREÂMBULO

Pela presente Escritura, NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A., sociedade por ações com sede e foro na Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Elias Agostinho, 665, sala E-102, Imbetiba, CEP 27913-350, inscrita no CNPJ sob o nº 04.668.779/0001-79, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora”); e, representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (os “Debenturistas”), OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (o “Agente Fiduciário”), vêm por esta e na melhor forma de direito firmar a presente Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Dividida em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real (a “Escritura”), contendo as seguintes cláusulas e condições:

Salvo se de outra forma definidos nesta Escritura, os termos iniciados em maiúscula desta Escritura terão os significados a eles atribuídos no Anexo I a cada um dos Documentos da Operação (conforme definido no Contrato de Consórcio e demais Documentos da Operação a serem firmados pela Emissora).

CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações das Assembléias Gerais Extraordinárias dos acionistas da Emissora realizadas em 18 de setembro e 20 de novembro de 2001.

1.2. Nos termos do § 1º do artigo 59 da Lei 6.404/76, a Assembléia Geral Extraordinária da Emissora delegou ao seu Conselho de Administração poderes para deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do referido artigo, sobre a oportunidade de emissão e sobre o cancelamento das Debêntures não colocadas ou mantidas em tesouraria pela Emissora.

CLÁUSULA II - REQUISITOS

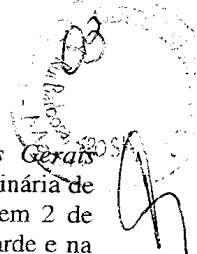
2.1. A presente emissão de debêntures (doravante denominada “Emissão”, e aquelas denominadas individualmente por “Debênture” e coletivamente por “Debêntures”) será feita com observância dos seguintes requisitos:

2

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature



2.2.1. *Arquivamento e Publicação das Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias que deliberaram sobre a Emissão.* A ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de setembro de 2001 foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 2 de outubro de 2001 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no Jornal da Tarde e na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil, em 5 de dezembro de 2001. A ata da Assembleia Geral Extraordinária de 20 de novembro de 2001 será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no Jornal do Commercio e na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil.

2.2.2. *Registro da Escritura.* A presente Escritura será registrada no competente Registro Geral de Imóveis do local em que se encontra a sede da Emissora.

2.2.3. *Registro na Comissão de Valores Mobiliários.* A 2ª Emissão de Debêntures da Emissora será registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma das Leis nºs 6.385, de 7/12/76; 6.404, de 15/12/76; 9.457, de 5/5/97, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.2.4. *Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID").* A emissão será registrada na ANBID, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID, aprovado em Assembleia Geral dessa entidade realizada em 27 de agosto de 1998.

CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. *Objeto Social da Emissora.* A Emissora tem por objeto social a formação de um consórcio com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras") para a participação conjunta na otimização da complementação do desenvolvimento do Campo de Marlim, localizado na Bacia de Campos, Estado do Rio de Janeiro e o desenvolvimento de todas as outras atividades correlatas, incluindo: (a) a compra, venda e importação de equipamentos em geral, para a utilização na produção de petróleo e todas as outras atividades relacionadas; (b) a contratação de serviços relacionados à produção de petróleo e todas as outras atividades relacionadas; e (c) a comercialização de petróleo e todas as atividades relacionadas.

3.2. *Número da Emissão.* A presente Escritura constitui a 2ª emissão de debêntures da Emissora, dividida em duas séries.

3.3. *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão é R\$1.800.000.000,00 (um bilhão e oitocentos milhões de reais), no dia 1º de dezembro de 2001 ("Data de Emissão").

3.4. *Destinação dos Recursos.* Os recursos obtidos através da presente Emissão serão destinados à otimização da complementação do desenvolvimento do Campo de Marlim, conforme demonstrado no quadro de usos e fontes a seguir:

Fontes	Valor (R\$)	%
Emissão de debêntures simples, com garantia real	1.800.000.000,00	100%
Total	1.800.000.000,00	100%

Usos	Valor (R\$)	%
Aquisição de bens até o valor de US\$300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos), sendo o restante utilizado na contratação de serviços necessários à complementação do desenvolvimento do Campo de Marlim, inclusive serviços para sua operação e manutenção	1.800.000.000,00	100%
Total	1.800.000.000,00	100%

A tabela abaixo indica os montantes, prazos e modo de alocação dos recursos mencionados acima para otimização da complementação do desenvolvimento da exploração do Campo do Marlim.

Destinação dos Recursos (em milhões de US\$)	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Contratação de serviços relativos à operação e manutenção do Campo de Marlim	67	67	67	67	67	65	65	534
Investimento no Campo de Marlim mediante a aquisição de bens	-	300	-	-	-	-	-	300
Total								834

3.5. *Colocação e Procedimento de Distribuição.* Os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no Artigo 33 da Instrução CVM nº13, de 30 de setembro de 1980, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos preferencialmente, em igualdades de condições, os clientes das instituições financeiras coordenadoras da distribuição das Debêntures e de eventuais instituições subcontratadas, que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures.

3.6. *Registro da Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário no SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA



- Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. *Características Básicas.*

4.1.1. *Valor Nominal Unitário.* O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$5.000,00 (cinco mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão.

4.1.2. *Número de Séries.* A Emissão será feita em duas séries, sendo a 1ª série no montante de R\$1.260.000.000,00 (um bilhão, duzentos e sessenta milhões de reais) e a 2ª série no montante de R\$540.000.000,00 (quinhentos e quarenta milhões de reais), na Data de Emissão.

4.1.3. *Quantidade de Debêntures.* Serão emitidas 360.000 (trezentas e sessenta mil) Debêntures, sendo 252.000 (duzentas e cinquenta e duas mil) Debêntures da primeira série e 108.000 (cento e oito mil) Debêntures da segunda série.

4.1.4. *Data de Emissão.* Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 1º de dezembro de 2001 (a "Data de Emissão").

4.1.5. *Prazo de Vencimento.* O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª série será de 60 (sessenta) meses a contar da Data de Emissão, ou seja, dia 1º de dezembro de 2006, e das Debêntures da 2ª série será de 84 (oitenta e quatro meses) a contar da Data de Emissão, ou seja, dia 1º de dezembro de 2008.

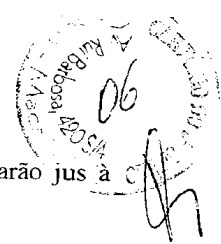
4.1.6. *Forma.* As Debêntures serão da forma nominativa escritural, sendo o Banco Itaú S.A. o responsável pela sua escrituração ("Banco Depositário").

4.1.7. *Certificados de Debêntures.* Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo Extrato de Conta de Depósito de Debêntures Escriturais, emitido pelo Banco Depositário.

4.1.8. *Conversibilidade.* As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações.

4.1.9. *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, garantidas conforme os termos dos Documentos de Garantia.

4.1.10. *Direito de Preferência.* Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.



4.2. *Remuneração.* A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à seguinte remuneração ("Remuneração"):

4.2.1 *Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série.*

As Debêntures da 1ª série farão jus a Juros Remuneratórios pagáveis anualmente, no dia 1º de dezembro dos anos de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.

Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª série serão equivalentes a 100% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, doravante denominada "Taxa DI", capitalizada de *spread* a ser definido em processo de *bookbuilding*, observado o máximo de 1,10% (um vírgula dez por cento) ao ano. As taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times [(f1 \times f2 \dots \times fj) - 1]$$

onde,

JR = valor dos Juros Remuneratórios a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos;

VN = Valor Nominal Unitário da Debênture no início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo);

(f1 x f2...x fj) = fator de variação acumulado da Taxa DI, capitalizado do *spread*, entre a data de início e a data final do "Período de Capitalização" dos Juros Remuneratórios, calculado conforme fórmula abaixo.



Os termos f1, f2, fj serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$fj = \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} \right] \times S$$

onde,

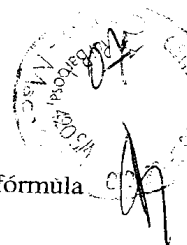
fj = fator da Taxa DI referente ao dia j;

Taxa DIj = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia j;

6  



Nova Marlim



abaixo. S = fator de *spread* final ao ano, base 252 dias, calculado conforme fórmula

$$S = \left\{ \left[\left(1 + \frac{b}{100} \right)^{\frac{1}{252}} \right] \right\}$$

onde:

b = *spread* a ser determinado em processo de *bookbuilding*, observado o máximo de 1,10% ao ano.

No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja substituto legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora.

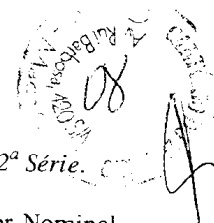
Na ausência de critério legal, a mesma Assembléia deliberará sobre a Remuneração a que as Debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última Remuneração apurada e a data da aludida Assembléia.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos acima quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação e a Emissora, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas referida acima, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas nos termos deste parágrafo, será utilizado a última Taxa DI dos Juros Remuneratórios. O resgate ao qual se refere esta cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

7

:



4.2.2. Atualização e Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série.

(a) *Atualização.* As Debêntures da 2ª série terão seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Atualização, conforme o caso, pela variação do IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis, se necessário. O Valor Nominal das Debêntures será atualizado pela seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[\frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dup_1}{dut_1}} \times \left[\frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dup_2}{dut_2}} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{dut_n}} \right\}$$

onde:

VNa = Valor Nominal atualizado;

VNe = Valor Nominal Unitário, no caso do vencimento do primeiro Período de Capitalização, ou saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário na data de vencimento de cada Período de Capitalização, no caso dos demais Períodos de Capitalização;

NI₀ = valor do número-índice do mês anterior ao mês de início de atualização;

NI₁ = valor do número-índice do mês de início de atualização;

NI₂ = valor do número-índice do mês subsequente ao mês de início de atualização;

NI_n = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização utilizado até a data de aniversário da debênture. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização. Considera-se como mês de atualização o compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas e data de aniversário como sendo o dia da data de vencimento da debênture;

NI_{n-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês “n”;

dup = número de dias úteis da última data-base, sendo esta a data de aniversário em cada mês, até a data de atualização;

dut = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data-base.

Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão, conforme a fórmula a seguir:



$$\left(\frac{NI_{n-1}}{NI_{n-2}} \right)$$

O IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IGP-M incidirá anualmente. As Debêntures farão jus ao pagamento integral da Atualização nas mesmas datas em que forem pagos os Juros Remuneratórios.

No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures do IGP-M, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja substituto legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de atualização das Debêntures a ser proposto pela Emissora.

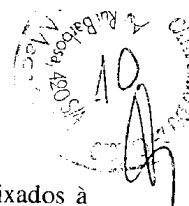
Na ausência de critério legal, a mesma Assembléia deliberará sobre a atualização a que as Debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última Remuneração apurada e a data da aludida Assembléia.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação do IGP-M, será aplicado o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por dias úteis, se necessário, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do número-índice que seria aplicável. Se a não divulgação do número-índice for superior ao prazo de 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos acima quanto à definição do novo parâmetro de atualização das Debêntures.

Em qualquer hipótese mencionada nesta cláusula, caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de atualização entre os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação e a Emissora, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis* por dias úteis, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Para cálculo da atualização aplicável às Debêntures a serem resgatadas nos termos deste parágrafo, será utilizado o último número-índice disponível. O resgate ao qual se refere esta cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

(b) *Juros Remuneratórios.* As Debêntures da 2ª série farão a Juros Remuneratórios pagáveis anualmente, no dia 1º de dezembro dos anos de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

9   



Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª série serão pré-fixados à taxa a ser determinada em processo de *bookbuilding*, observado o máximo de 12,25% (doze vírgula vinte e cinco por cento) ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário atualizado, calculados cumulativa e exponencialmente, por dias úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de pagamento dos Juros Remuneratórios devidos ao final do Período de Capitalização, conforme definido abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{b}{100} \right)^{\frac{n}{252}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

J = Valor dos Juros Remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização;

VNa = Saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado em Reais ao final de cada Período de Capitalização;

b = taxa a ser fixada em processo de *book building*, observado o máximo de 12,25% ao ano;

n = Número de dias úteis do respectivo Período de Capitalização.

Define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do último vencimento da Remuneração, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

A Remuneração definitiva das Debêntures das 2 (duas) séries será determinada em processo de *bookbuilding*, e deverá: (i) ser aprovada pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração da Emissora, (ii) ser publicada em até 1 (um) dia útil após sua determinação, e (iii) constar dos anúncios de início de distribuição pública das Debêntures.

4.3. *Repactuação*. Não haverá repactuação.

10 JOR

Capit

Gar



12. Rui Barbosa
11/10/2011

Mediante a celebração dos Documentos de Garantia, os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, tornar-se-ão “Partes Garantidas” e serão beneficiários das garantias abaixo citadas. Os principais termos dos contratos de garantia são os que seguem:

(a) Contrato de Penhor de Petróleo – Por meio do Contrato de Penhor de Petróleo, a Petrobras dá em penhor à Emissora, que por sua vez dá em subpenhor às Partes Garantidas: (i) o Petróleo produzido a partir do Campo de Marlim; (ii) todo e qualquer derivado processado a partir do Petróleo; e (iii) todo e qualquer montante que possa resultar da comercialização dos bens mencionados em (i) e (ii). “Petróleo”, nos termos do Contrato de Penhor de Petróleo, significa a quantidade de barris de petróleo equivalente a 30% da produção total do Campo de Marlim (a qual, atualmente, é de 545.512 barris por dia, conforme tal produção seja aumentada ou diminuída de tempos em tempos), sendo referidos 30% apurados desde a data da ocorrência de um Evento de Inadimplemento pelo número de dias necessários para a satisfação integral das Obrigações Garantidas, e limitados, em qualquer caso, a 30% da quantidade de barris de petróleo extraída do Campo de Marlim durante 720 dias de produção. A definição de Petróleo não abrange as reservas ainda não exploradas. As características físico-químicas do Petróleo fazem parte integrante do Contrato de Penhor de Petróleo como Anexo 6.

Com uma média de 545.512 barris produzidos por dia no Campo de Marlim, no período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2001, o valor do Petróleo Empenhado diariamente nos termos desse contrato corresponderia a US\$3.138.876,05, ao preço médio entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2001 de US\$19,18 o barril, valor este que equivale a R\$7.156.637,39 ao câmbio comercial médio do período, de R\$2,28/US\$. O valor de US\$19,18 por barril de petróleo equivale a 75% do preço médio, em dólar norte-americano, na data em que foi calculado, do petróleo Brent-Datado (cujo preço médio, entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2001 foi de US\$25,57, conforme publicado pela Platt's Crude Oil).

(b) Contrato de Penhor de Ativos – Por meio do Contrato de Penhor de Ativos, a Emissora dará em penhor mercantil às Partes Garantidas os ativos de sua propriedade, conforme sejam adquiridos. Adicionalmente, a Emissora se compromete a constituir em favor das Partes Garantidas penhor sobre todos os demais ativos que venha a adquirir, assumindo, para tanto, a obrigação de celebrar com as Partes Garantidas aditivos ao Contrato de Penhor de Ativos. A Petrobras será nomeada como depositária dos bens a serem empenhados, nos termos do artigo 276 do Código Comercial.

(c) Contrato de Caução de Ações – Por meio do Contrato de Caução de Ações, a NovaMarlim Par dá em caução às Partes Garantidas: (i) a totalidade das ações representativas do capital social da Emissora de que é proprietária, no valor nominal total de R\$128.700.000,00 (cento e vinte e oito milhões e setecentos mil reais), bem como as ações que vier a deter no futuro, e (ii) todos os dividendos, bonificações e demais direitos relativos às ações caucionadas.

11



10
4

(d) Contrato de Caução de Contas – Por meio do Contrato de Caução de Contas, a Emissora dá em caução às Partes Garantidas: (i) a totalidade dos créditos detidos pela Emissora contra o Banco Itaú S.A., na qualidade de Agente de Custódia, referente aos recursos a qualquer tempo depositados e mantidos na Conta de Receita e na Conta de Desembolso administradas pela referida instituição financeira; e (ii) todos e quaisquer títulos e outros investimentos adquiridos ou realizados por essa instituição financeira com tais recursos.

4.4.2. *Limite da Emissão.* A presente Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, conforme demonstrado a seguir:

Garantias	(R\$ mil)	Passivo <i>Pro Forma</i>	(R\$ mil)
Petróleo Empenhado ⁽¹⁾	5.152.778,92	1ª Emissão de Debêntures	235.300,00
Caução de Ações ⁽²⁾	128.700,10	2ª Emissão de Debêntures	1.800.000,00
Ativos Imobilizados ⁽³⁾	-		
Total das Garantias	5.281.479,02	Total das Dívidas Garantidas	2.035.300,00
80% do valor das garantias reais (valor máximo de endividamento com garantia real)			4.225.183,22
Passivo/Garantias			38,53%

- (1) O valor do Petróleo empenhado foi calculado com base em valores médios do período compreendido entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2001, de acordo com os seguintes parâmetros:
- ♦ 30% da produção média diária do período (545.512 barris de petróleo por dia), ou seja, 163.653,6 barris de petróleo por dia;
 - ♦ multiplicado por 720 dias (prazo máximo do penhor);
 - ♦ multiplicado por US\$ 19.18, ou seja, 75% do preço médio do barril de petróleo Brent-Datado no período, equivalente a US\$ 25.57; e
 - ♦ multiplicado pela média do câmbio comercial no período, equivalente a R\$ 2,28/US\$.
- (2) Valor nominal das ações da NovaMarlim em 6 de dezembro de 2001.
- (3) Até 6 de dezembro de 2001, nenhum ativo havia sido adquirido pela Emissora.

4.5. *Subscrição.* A subscrição das Debêntures será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, disponibilizado pela CETIP.

4.5.1. *Prazo de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas dentro do prazo para distribuição pública concedido pela CVM.

4.5.2. *Preço de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com a Cláusula IV, item 4.2 desta Escritura.

4.5.3. *Integralização.* A integralização das Debêntures será à vista, no ato da subscrição.

W. FORT

GRP



das em

4.6. Condições de Pagamento.

4.6.1. *Pagamento do Principal.* O valor do principal das Debêntures da 1ª série será pago em 5 (cinco) parcelas anuais iguais e sucessivas, sendo a primeira parcela paga 12 (doze) meses após a Data de Emissão, e as parcelas subsequentes pagas a cada 12 (doze) meses contados da data de pagamento da parcela anterior. O valor do principal das Debêntures da 2ª série será pago em 7 (sete) parcelas anuais iguais e sucessivas, sendo a primeira parcela devida 12 (doze) meses após a Data de Emissão, e as parcelas subsequentes devidas a cada 12 (doze) meses contados da data para pagamento da parcela anterior.

4.6.2. *Local de Pagamento.* Os pagamentos das Debêntures serão efetuados pela Emissora em sua sede ou em estabelecimento de instituições financeiras contratadas para esse fim, ou, ainda, através do SND.

4.6.3. *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures ou na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

4.6.4. *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 10% sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplimento, até a data do efetivo pagamento, a taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.6.5. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* Sem prejuízo ao disposto no item precedente, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

CLÁUSULA V – OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial, ou qualquer indício de alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios em geral da Emissora ou de qualquer de suas controladas que:

WOTZ

Handwritten signature: *[Signature]* G.M.



ento pela

CLÁUSULA VI - AQUISIÇÃO FACULTATIVA E VENCIMENTO ANTECIPADO

14



por sua

(g) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito enviado pelo Agente Fiduciário;

(i) transito em julgado de qualquer sentença, emissão de laudo arbitral definitivo, execução de mandados de penhora ou início de processos semelhantes, em qualquer caso que versem sobre o pagamento de valor equivalente ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) contra a Emissora, sua controladora direta ou qualquer de suas controladas;

6.3. Os valores mencionados nos itens “d”, “h” e “i” da Cláusula 6.2. acima serão atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação do IGP-M ou qualquer índice que o substitua.

6.4. Ocorrendo qualquer dos eventos previstos nos itens “a”, “b”, “c”, “e” e “f” da Cláusula 6.2. acima, os quais deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automática e antecipadamente vencidas, independente de avisos ou notificação judicial ou extrajudicial. Ocorrendo quaisquer eventos previstos nos demais itens da Cláusula 6.2. acima, os quais deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, este deverá convocar, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da ciência de sua ocorrência, Assembléia Geral de Debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures, sendo que tal declaração dependerá da aprovação de Debenturistas representando no mínimo a maioria de todas as Debêntures em circulação.

CLÁUSULA VII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Sem a anuência prévia de Debenturistas detentores de 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora não deverá contrair nenhum endividamento,

15



salvo: (i) o endividamento resultante da presente Emissão e da 1ª emissão de debêntures realizada pela Emissora, conforme demonstrado na Cláusula 4.4.2. acima, e (ii) o endividamento permitido nos termos do Plano de Negócios (conforme definido no Contrato de Consórcio).

7.2. A Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;

(b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora;

(c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993 (ou por qualquer outro regulamento que venha a alterá-la ou substituí-la), nos prazos ali previstos;

(d) com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembléias Gerais, bem como a data e ordem do dia da Assembléia a realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

(e) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 8.6;

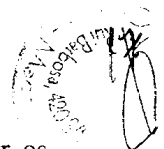
(f) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;

(g) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Inadimplemento, imediatamente após o seu recebimento;

(h) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no prazo de até cinco dias contados da respectiva data de vencimento; e

(i) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 6.2, imediatamente após a sua ocorrência.

7.3. A Emissora deverá proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais.



7.4. A Emissora deverá manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, a expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Emissora.

7.5. A Emissora deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão nos termos do item 9.1 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça.

7.6. A Emissora deverá cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas.

7.7. A Emissora deverá submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

7.8. A Emissora deverá manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado.

7.9. A Emissora deverá manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

7.10. A Emissora não deverá realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

7.11. A Emissora deverá notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como sobre a ocorrência de qualquer evento que possa resultar em qualquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 6.2.

7.12. A Emissora não deverá pagar dividendos ou juros sobre capital próprio, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora.

7.13. A Emissora deverá manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes, especialmente aqueles que constituam garantia real da presente Emissão.



18

CLÁUSULA VIII - AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. *Nomeação.* A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

8.2. *Declaração.* O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara:

(a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23/11/83, para exercer a função que lhe é conferida;

(b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(c) ter verificado a regularidade da constituição, suficiência e exequibilidade da garantia real prestada;

(d) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições; e

(e) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31/10/90, do Banco Central.

A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

8.3. *Substituição.* Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro motivo de vacância relacionado ao Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la.

Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

WOP

18



19/03/2019
19/03/2019
19/03/2019

A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28, de 23/11/83, e eventuais normas posteriores.

A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deve ser averbado no Registro Geral de Imóveis do local onde será registrada a presente Escritura.

O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, em caso de substituição do mesmo, da data do aditamento relativo à substituição, devendo o Agente Fiduciário, em qualquer caso, permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

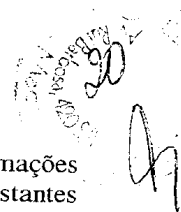
Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.4. *Deveres.* Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

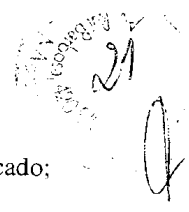
- (a) assinar, representando a comunhão dos Debenturistas, os Documentos de Garantia mencionados na Cláusula IV, item 4.4.1 desta Escritura;
- (b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (c) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de Emissão previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, em função de garantia real oferecida;
- (f) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (g) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

19/03/2019

19/03/2019



- (h) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (i) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (j) verificar a regularidade da constituição de garantias reais e de eventuais garantias flutuantes e fidejussórias que venham a ser constituídas, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (k) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, quando esta estiver autorizada pela Escritura, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- (l) intinar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (m) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (n) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (o) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (p) comparecer à Assembléia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (q) elaborar 1 (um) relatório anual destinado aos Debenturistas, ocasiões exclusivas nas quais o Agente Fiduciário examinará a situação das demonstrações contábeis da Emissora, nos termos do artigo 68, § 1º alínea "b" da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;



- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) amortização e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento;
 - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (x) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures da presente Emissão.
- (r) colocar o relatório de que trata o inciso “(q)” à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) no seu escritório ou, quando se tratar de instituição financeira, no local por ela indicado;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
 - (v) na instituição que liderou a colocação das Debêntures.
- (s) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados no inciso “(r)”;
- (t) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;
- (u) administrar os recursos oriundos da Emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no § 2º, artigo 60, da Lei nº 6.404/76;
- (v) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer da Emissora; e



22

22



23

23 *[Signature]* *[Signature]* GJM



24
Q

(c) Em caso de atraso no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração prevista nesta cláusula, será devida multa moratória de 5% (cinco por cento) acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês calculados sobre os valores em atraso, sem prejuízo da atualização monetária.

(d) A remuneração prevista nesta cláusula será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de valores em atraso pela Emissora;

(e) A remuneração será acrescida dos impostos PIS, Cofins e ISS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a referida remuneração nas datas de cada pagamento, excetuando-se tributos incidentes sobre a renda ou faturamento do Agente Fiduciário.

(f) A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem reembolsadas pela Emissora, mediante apresentação das faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes.

(g) Na hipótese de ocorrer o cancelamento das Debêntures emitidas antes do seu vencimento, ou seu resgate total antecipado, as parcelas vincendas serão pagas na data do referido cancelamento ou resgate antecipado, descontadas à taxa de 12% (doze por cento) ao ano.

8.8. *Despesas.* A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

8.8.1. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado imediatamente após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.8.2. No caso de inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas nesta Escritura, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas (na proporção do número de Debêntures detidas por cada um), e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 15 (quinze) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.8.3. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

HOKI

GM



25
Ch

(a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que possam ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(b) extração de certidões;

(c) locomoções entre estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, durante ou após a implantação dos serviços, quando necessárias ao desempenho de suas funções; e

(d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que possam ser imprescindíveis se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, tais como auditorias legais ou contábeis na Emissora.

8.8.4. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA IX - ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. *Convocação.* A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação ou pela CVM.

9.2. *Quorum de Instalação.* A Assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.3. *Mesa Diretora.* A presidência da Assembléia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

9.4. *Quorum de Deliberação.* Nas deliberações da Assembléia, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da modificação das condições das Debêntures, que deverá ser deliberada por Debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação, exceto se de outra maneira previsto nesta Escritura.

9.5. *Reduções de Capital.* Para os fins do § 3º do art. 174 da Lei nº 6.404/76, os Debenturistas desde já autorizam toda e qualquer redução do capital da Emissora, nos termos dos Documentos da Operação, bem como toda e qualquer redução de capital em que os recursos relacionados sejam imediatamente reaplicados na subscrição de instrumentos de dívida subordinada da Emissora ou de sua controladora.

25

LEITE

Ch : GSN



Nova Marlim

26
Nova Marlim, 420
A. Mac
Q

CLÁUSULA X – DECLARAÇÕES

10.1. *Declarações do Agente Fiduciário.* O Agente Fiduciário declara à Emissora que:

(a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e

(c) esta Escritura constitui sua obrigação lícita, válida e vinculante, exeqüível de acordo com os seus termos e condições.

10.2. *Declarações da Emissora.* A Emissora declara ao Agente Fiduciário, em benefício dos Debenturistas, que:

(a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;

(c) esta Escritura constitui sua obrigação lícita, válida e vinculante, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;

(d) os prospectos preliminar e final relativos à emissão das Debêntures (coletivamente, os “Prospectos”) contêm: (i) todas as informações relevantes em relação à Emissora e sua controladora no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas, tendo em vista o disposto no artigo 14 da Instrução CVM 13/80, (ii) as declarações contidas nos Prospectos em relação à Emissora e sua controladora são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas, tendo em vista o disposto no artigo 14 da Instrução CVM 13/80, (iii) as opiniões, análises e (se houver) previsões expressas nos Prospectos em relação à Emissora e sua controladora foram dadas de boa-fé, tendo sido expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes, (iv) não há outros fatos em relação à Emissora e sua controladora ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração dos Prospectos seja materialmente enganosa, incorreta

HA

Q

GA



27
Barbosa
11/26

ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos são verdadeiros;

(e) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto aqueles criados pelos Documentos de Garantia ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(f) as demonstrações financeiras auditadas da Emissora incluídas nos Prospectos refletem, de forma adequada, a posição financeira da Emissora nas datas indicadas e os resultados das operações, bem como a participação dos acionistas e o fluxo de caixa da Emissora nos períodos especificados, e foram elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;;

(g) a Emissora se encontra em cumprimento das leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, salvo por descumprimentos não relevantes que não possam resultar em efeito adverso na condição financeira da Emissora;

(h) exceto conforme informado nos Prospectos, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade;

(i) a Emissora mantém, ou é beneficiária de, seguros fornecidos por companhias seguradoras de primeira linha, nos valores e coberturas de riscos adequados para suas atividades e dentro de parâmetros internacionalmente adotados por empresas que atuam no mesmo ramo de atividade da Emissora, e todos esses seguros estão em pleno vigor e efeito; e

(j) a Emissora obteve todas as aprovações necessárias, sejam de caráter interno ou emitidas por entidades governamentais competentes, à Emissão e à colocação pública das Debêntures.

CLÁUSULA XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

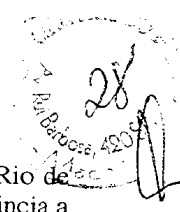
11.1. *Renúncia.* Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11/26

Barbosa: 11/26



Nova Marlim



11.2. *Foro.* Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

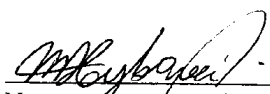
CLÁUSULA XII - ANEXO


Fazem parte do presente instrumento os Documentos de Garantia, conforme o Anexo I.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

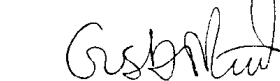
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2001.

NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A.


Nome: MARLON VALDES HYKAVEL
Cargo: DIRETOR

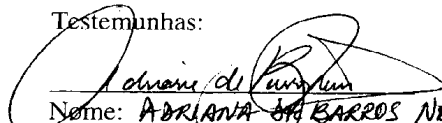

Nome: LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA REIS FILHO
Cargo: DIRETOR

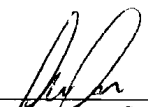
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.


Nome: GUSTAVO BELOUZA C. LINDO
Cargo: PROCURADOR

Nome:
Cargo:

Testemunhas:


Nome: ADRIANA DA BARROS NEMETH
RG: 23.405.374 - 2 SSP/SP


Nome: ANDRÉ M. FIORINI
RG: 20934 272-1

GDM



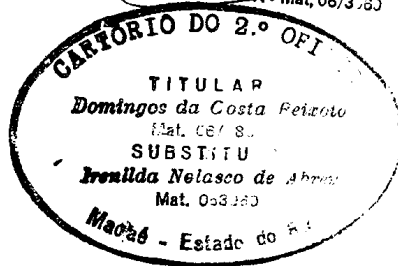
Nova Marlim

Cartório do 2º Ofício Macaé - RJ.
DOMINGOS DA COSTA PEIXOTO - Titular
PROTOCOLO
Nº 6199 do Protocolo Livro 16
Página 12 Título apresentado não
Macaé, 06 de Maio de 01.
Ofício

Irenilda Nolasco de Abreu
SUBSTITUTA - Mat. 06/3.60

Cartório do 2º Ofício Macaé - RJ.
DOMINGOS DA COSTA PEIXOTO - TITULAR
REGISTRO
REGISTRO CIVIL Nº 329
Fls. 434 nº 1327
Macaé, 06 de Maio de 2001
Ofício

Irenilda Nolasco de Abreu
SUBSTITUTA - Mat. 06/3.60



15º Ofício de Notas - Rua do Comércio, 85 - CENTRO - RJ
Tabela de preços de serviços de 1999
Certificado e cópia de que o presente é fiel reprodução do original
Ass. do Tabelião: [Assinatura] Data: 06/05/2001
Conferência: [Assinatura] Data: 06/05/2001
[Assinatura] Claudio Rodrigues de Conceição

